

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – MARÇO 2021

COVID-19.....	2
LEGISLAÇÃO.....	2
ICMS.....	3
LEGISLAÇÃO.....	3
JURISPRUDÊNCIA.....	6
ISS.....	7
JURISPRUDÊNCIA.....	7
IPI.....	8
JURISPRUDÊNCIA.....	8
IR E CSLL.....	9
LEGISLAÇÃO.....	9
JURISPRUDÊNCIA.....	9
PIS E COFINS.....	12
JURISPRUDÊNCIA.....	12
DIVERSOS.....	14
LEGISLAÇÃO.....	14
JURISPRUDÊNCIA.....	14

COVID-19

LEGISLAÇÃO

1. DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS ORIGINAIS PARA AUTENTICAÇÃO DE CÓPIAS SIMPLES NO ÂMBITO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – PRORROGAÇÃO ATÉ 30 DE JUNHO DE 2021
 - **Instrução Normativa nº 2.015, de 22 de março de 2021 (DOU 24.03.21)**

2. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRORROGAÇÃO DE VALIDADE DE CND'S – SUSPENSÃO DE PROTESTOS – AMPLIAÇÃO DE PRAZO ATÉ 15 DE MARÇO DE 2021
 - **Portaria PGM-SP nº 11, de 03 de março de 2021 (DOM-SP 03.03.21)**

3. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRORROGAÇÃO DE VALIDADE DE CND'S – SUSPENSÃO DE INCLUSÃO NO CADIN – AMPLIAÇÃO DE PRAZO ATÉ 30 DE MARÇO DE 2021
 - **Portaria SMF nº 46, de 15 de março de 2021 (DOM-SP 16.03.21)**

4. RJ – PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM RAZÃO DA PANDEMIA – PRORROGAÇÃO ATÉ 29.3.2022
 - **Decreto nº 47.512, de 09 de março de 2021 (DOE-RJ 10.03.21)**

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. PROGRAMA ESPECIAL DE PARCELAMENTO DE TRIBUTOS – ADESÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO PARA PARCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - FATOS GERADORES OCORRIDOS ATÉ 31.08.2020
 - **Convênio ICMS nº 11, de 26 de fevereiro de 2021 (DOU 02.03.21)**

2. MG – PROGRAMA ESPECIAL DE PARCELAMENTO DE TRIBUTOS – FATOS GERADORES OCORRIDOS ATÉ 31.12.2020
 - **Convênio ICMS nº 17, de 26 de fevereiro de 2021 (DOU 02.03.21)**
 - **Convênio ICMS nº 21, de 12 de março de 2021 (DOU 15.03.21)**

3. PROGRAMA DE PARCELAMENTO – COVID-19 – ADESÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO PARA PARCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS VENCIDOS ATÉ 31.12.2020
 - **Convênio ICMS nº 19, de 12 de março de 2021 (DOU 15.03.21)**

4. ADESÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ÀS DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO ICMS Nº 181/2017, QUE AUTORIZOU A DILATAÇÃO DO PRAZO DE PAGAMENTO DO ICMS E A REMISSÃO E A ANISTIA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, CONSTITUÍDOS OU NÃO, DECORRENTES DA DILAÇÃO DE PRAZO DE PAGAMENTO DO IMPOSTO
 - **Convênio ICMS nº 22, de 12 de março de 2021 (DOU 15.03.21)**

5. OPERAÇÕES COM INSUMOS AGROPECUÁRIOS - PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES DE DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO ICMS Nº 100/1997
 - **Convênio ICMS nº 26, de 12 de março de 2021 (DOU 15.03.21)**

6. PRORROGAÇÃO DE DISPOSIÇÕES DE CONVÊNIOS QUE CONCEDEM BENEFÍCIOS FISCAIS
 - **Convênio ICMS nº 28, de 12 de março de 2021 (DOU 15.03.21)**
 - **Convênio ICMS nº 29, de 12 de março de 2021 (DOU 15.03.21)**

7. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES – CONSOLIDAÇÃO DO CONVÊNIO ICMS Nº 110/2007
 - **Despacho CONFAZ nº 15, de 29 de março de 2021 (DOU 30.03.21)**

8. MG – PROGRAMA REGULARIZE – PROCEDIMENTOS PARA OBSERVAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DE EMPRESAS COLIGADAS OU CONTROLADAS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS
 - **Decreto nº 48.152, de 09 de março de 2021 (DOE-MG 10.03.21)**

9. MG – TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO ACUMULADO – AQUISIÇÃO DE BENS PARA O ATIVO IMOBILIZADO – PRORROGAÇÃO ATÉ 31.01.2022
 - **Decreto nº 48.154, de 11 de março de 2021 (DOE-MG 12.03.21)**

10. MT – PROGRAMAS DE BENEFÍCIO FISCAL – MONITORAMENTO – INSTITUIÇÃO – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS À SEDEC
 - **Portaria SDE-MT nº 07, de 26 de fevereiro de 2021 (DOE-MT 01.03.21)**

11. MS – BENEFÍCIOS FISCAIS DIVERSOS – PRORROGAÇÃO NOS TERMOS DE CONVÊNIOS CONFAZ – Alterações Promovidas no RICMS/MS
 - **Decreto nº 15.637, de 22 de março de 2021 (DOE-RS 23.03.21)**

12. RJ - TRATAMENTO TRIBUTÁRIO ESPECIAL PARA USINAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
 - **Lei nº 9.217, de 17 de março de 2021 (DOE-RJ 18.03.21)**

13. RS – PRESUNÇÃO DE OCORRÊNCIA DE FATO GERADOR DO ICMS QUANDO CONSTATADAS SITUAÇÕES ESPECÍFICAS DE INCOMPATIBILIDADE NA ESCRITA FISCAL OU CONTÁBIL – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS
 - **Decreto nº 55.777, de 02 de março de 2021 (DOE-RS 03.03.21)**

14. RS – PRAZO DE RECOLHIMENTO DO ICMS – ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS
 - **Decreto nº 55.786, de 09 de março de 2021 (DOE-RS 10.03.21)**

15. RS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM LUBRIFICANTES, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE LIMPEZA, ENTRE OUTROS – MARGEM DE VALOR AGREGADO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS
 - **Decreto nº 55.794, de 16 de março de 2021 (DOE-RS 18.03.21)**

16. RS - DIFERIMENTO TOTAL E PARCIAL – HIPÓTESES – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS
 - **Decreto nº 55.797, de 17 de março de 2021 (DOE-RS 19.03.21)**

17. RS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – AJUSTES NA LISTA DE PRODUTOS SUJEITOS AO REGIME – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS
 - **Decreto nº 55.816, de 30 de março de 2021 (DOE-RS 30.03.21)**

18. RS – BENEFÍCIOS FISCAIS DIVERSOS – PRORROGAÇÃO NOS TERMOS DE CONVÊNIOS CONFAZ – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS
 - **Decreto nº 55.818, de 30 de março de 2021 (DOE-RS 30.03.21)**

- 19.RS – EXPORTAÇÃO INDIRETA – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS E CUMPRIMENTO DE PRAZOS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA DRP nº 45/1998**
- **Instrução Normativa RE nº 22, de 19 de março de 2021 (DOE-RS 19.03.21)**
- 20.SP - SAÍDA INTERNA DE VERGALHÃO DE ALUMÍNIO PROMOVIDA POR ESTABELECIMENTO FABRICANTE COM DESTINO A ESTABELECIMENTO FABRICANTE DE FIOS E CABOS – DIFERIMENTO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP**
- **Decreto nº 65.592, de 25 de março de 2021 (DOE-SP 26.03.21)**
- 21.SP - REGIME OPTATIVO DE TRIBUTAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, COM DISPENSA DO PAGAMENTO DO VALOR CORRESPONDENTE AO COMPLEMENTO DO IMPOSTO RETIDO ANTECIPADAMENTE – SOLICITAÇÃO POR ESTABELECIMENTO DO SEGMENTO VAREJISTA – POSSIBILIDADE – ALTERAÇÃO PROMOVIDA NO RICMS/SP**
- **Decreto nº 65.593, de 25 de março de 2021 (DOE-SP 26.03.21)**
- 22.SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM MATERIAIS ELÉTRICOS - IVA-ST - LEVANTAMENTO DE PREÇOS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT Nº 04/2018**
- **Portaria CAT nº 16, de 19 de março de 2021 (DOE-SP 20.03.21)**
- 23.SP – PEDIDO DE REGIME ESPECIAL – PROCEDIMENTOS**
- **Portaria CAT nº 18, de 23 de março de 2021 (DOE-SP 24.03.21)**
- 24.AJUSTES NO LEIAUTE DO CT-E, CT-E OS E NO GTV-E**
- **Publicação da NT 2021.001 Versão 1.00**
- 25.NF-E - SERVIÇO DESTINADO À DISTRIBUIÇÃO DE INFORMAÇÕES RESUMIDAS E DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS DE INTERESSE DE UM ATOR (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA)**
- **Publicação da NT 2014.002 Versão 1.02d**
- 26.NF-E - INTERMEDIADOR DA OPERAÇÃO – MARKETPLACE E OUTROS**
- **Publicação da NT 2020.006 Versão 1.20**
- 27.NOTA FISCAL FÁCIL (NFF) – ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS NO SCHEMA XML**
- **Publicação da NT 2021.002 Versão 1.00**

JURISPRUDÊNCIA

28. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DO ICMS, SEM SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, PARA MOMENTO ANTERIOR À OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR – EXIGÊNCIA DE LEI EM SENTIDO ESTRITO

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

29. COMÉRCIO ELETRÔNICO – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS – NECESSIDADE DE EDIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR – PROIBIÇÃO DE COBRANÇA A PARTIR DE 2022

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

ISS

JURISPRUDÊNCIA

1. APLICAÇÃO DE ALÍQUOTAS FIXAS POR PROFISSIONAL – DECRETO-LEI Nº 406/68 – IRRELEVÂNCIA DA FORMA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

IPI

JURISPRUDÊNCIA

1. IMPOSTO INCIDENTE NA IMPORTAÇÃO E APURADO EM LANÇAMENTO DE OFÍCIO E PARCELADO – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO PELO VALOR ORIGINAL – NECESSIDADE DE OBEDIÊNCIA AO PRAZO PRESCRICIONAL – NECESSIDADE DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL COMPLEMENTAR
 - **Solução de Consulta nº 24, de 18 de março de 2021 (DOU 25.03.21)**

IR E CSLL

LEGISLAÇÃO

1. CSLL – MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
 - **Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021 (DOU 01.03.2021)**
2. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – CPC 33 (R1) – NÃO CONTEMPLAÇÃO DE MODIFICAÇÃO OU ADOÇÃO DE NOVOS MÉTODOS OU CRITÉRIOS CONTÁBEIS
 - **Ato Declaratório Executivo nº 3, de 10 de março de 2021 (DOU 15.03.2021)**

JURISPRUDÊNCIA

3. ATRASO NO PAGAMENTO DE VERBAS SALARIAIS – JUROS DE MORA – NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
4. RENDIMENTOS ORIUNDOS DE *TRUST* NO EXTERIOR – INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA
 - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo**
5. MULTA DE OFÍCIO E MULTA ISOLADA POR FALTA DE RECOLHIMENTO DE ESTIMATIVAS – CUMULAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. SALDO NEGATIVO – RETENÇÕES DE ANOS ANTERIORES – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. IRRF – SÓCIO/ADMINISTRADOR – DEDUÇÃO – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. LUCRO PRESUMIDO – EXPORTAÇÃO – VARIAÇÕES CAMBIAIS ATIVAS – ENQUADRAMENTO COMO DEMAIS RECEITAS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. REDUÇÃO DO IRPJ E ADICIONAIS CALCULADOS COM BASE NO LUCRO DE EXPLORAÇÃO – PROJETOS NA REGIÃO DA SUDAM E SUDENE – OBRIGATORIEDADE DE DESTINAÇÃO DO VALOR DO IMPOSTO QUE DEIXOU DE SER PAGO À RESERVA DE

INCENTIVOS FISCAIS – VEDAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO AOS SÓCIOS – REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL COM A PRÉVIA INCORPORAÇÃO DE VALORES À RESERVA – OBRIGATORIEDADE DE PAGAMENTO DO IMPOSTO NÃO PAGO EM RAZÃO DO BENEFÍCIO

- **Solução de Consulta nº 6, de 04 de março de 2021 (DOU 11.03.21)**

10. RATEIO DE CUSTOS NO GRUPO ECONÔMICO – CONTROLE POR APENAS UMA PESSOA JURÍDICA – POSSIBILIDADE – DEDUTIBILIDADE – POSSIBILIDADE DESDE QUE CUMPRIDOS REQUISITOS, TAIS COMO PRÉVIO AJUSTE, RATEIO PROPORCIONAL E EXISTÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DAS DESPESAS E DOS CUSTOS QUE SEJAM NECESSÁRIOS, NORMAIS E USUAIS

- **Solução de Consulta nº 4010, de 18 de março de 2021 (DOU 19.03.21)**

11. INCENTIVOS FISCAIS RELATIVOS AO ICMS CONSIDERADOS SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 30 DA LEI Nº 12.973/14 – POSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DO CÁLCULO DO LUCRO REAL – APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 160/2017

- **Solução de Consulta nº 22, de 18 de março de 2021 (DOU 24.03.21)**

12. LUCRO PRESUMIDO – ATIVIDADE IMOBILIÁRIA – COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LOCADOS A TERCEIROS ANTERIORMENTE – PERCENTUAIS DE PRESUNÇÃO DE 8% E 12% SE LOCAÇÃO DE IMÓVEL CONSTITUIR ATIVIDADE DA EMPRESA – CÁLCULO DE GANHO DE CAPITAL SE LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO CONSTITUIR ATIVIDADE DA EMPRESA

- **Solução de Consulta nº 7, de 04 de março de 2021 (DOU 11.03.21)**

13. DEDUTIBILIDADE PELA PERDA DE RECEBIMENTO DE CRÉDITOS SEM GARANTIA – INADIMPLEMENTO CONTRATUAL OCORRIDO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA MP Nº 656 EM 08.10.2014 – CONSIDERAÇÃO DOS LIMITES POR OPERAÇÃO

- **Solução de Consulta nº 25, de 18 de março de 2021 (DOU 24.03.21)**

14. IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR EM DECORRÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO COM O APURADO NO BRASIL – VALOR A COMPENSAR SERÁ O MENOR ENTRE OS SEGUINTE: (I) PAGO NO EXTERIOR; (II) DIFERENÇA POSITIVA ENTRE OS VALORES CALCULADOS SOBRE O LUCRO REAL COM E SEM A INCLUSÃO DAS RECEITAS – POSSIBILIDADE DE POSTERGAÇÃO DA COMPENSAÇÃO APENAS SE NÃO APURADO LUCRO AO FINAL DO ANO-CALENDÁRIO

- **Solução de Consulta nº 18, de 18 de março de 2021 (DOU 25.03.21)**

- 15.** VARIACÃO CAMBIAL DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR AVALIADO PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL – INTEGRAÇÃO AO CUSTO DE AQUISIÇÃO PARA FINS DE CÁLCULO DE GANHO DE CAPITAL
- **Solução de Consulta nº 39, de 22 de março de 2021 (DOU 25.03.21)**
- 16.** LUCRO PRESUMIDO – REEMBOLSO, PELO COMPRADOR, DO ICMS DECORRENTE DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA PAGO PELO VENDEDOR POR LIBERALIDADE – NÃO CARACTERIZAÇÃO COMO RECEITA BRUTA
- **Solução de Consulta nº 42, de 22 de março de 2021 (DOU 25.03.21)**
- 17.** LICENÇA DE COMERCIALIZAÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE SOFTWARE – PAGAMENTO A BENEFICIÁRIO NO DOMICILIADO NO EXTERIOR – NECESSIDADE DE RETENÇÃO – MAJORAÇÃO DA ALÍQUOTA SE LOCALIZADO EM PAÍS COM TRIBUTAÇÃO FAVORECIDA – UTILIZAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO DA DATA DE OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR
- **Solução de Consulta nº 43, de 23 de março de 2021 (DOU 30.03.21)**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. EXCLUSÃO DO ICMS DESTACADO DA BASE DE CÁLCULO – INAPLICABILIDADE DA SOLUÇÃO DE CONSULTA INTERNA COSIT Nº 13/2018
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
2. TAXAS DE CONDOMÍNIO DE SHOPPING CENTER – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS DE PIS E COFINS
 - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo**
3. PERDÃO DE DÍVIDA – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Justiça Federal de Campinas**
4. EMBALAGEM PARA TRANSPORTE DE PRODUTOS - CARACTERIZAÇÃO COMO INSUMO – CRÉDITO DA NÃO-CUMULATIVIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
5. APURAÇÃO DE CRÉDITOS – FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO – POSSIBILIDADE APENAS QUANDO COMPROVADO O ENVIO DIRETAMENTE DO ESTABELECIMENTO PARA O EMBARQUE OU RECINTO ALFANDEGADO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. TRANSPORTE DE INSUMOS ENTRE ESTABELECIMENTOS – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. COMERCIAL/VAREJISTA – IMPOSSIBILIDADE DE APURAÇÃO DE CRÉDITOS SOBRE INSUMOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS PARA TRANSPORTE – DIREITO AO DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES UTILIZADOS EM FROTA PRÓPRIA PARA TRANSPORTE DE PRODUTOS EM ELABORAÇÃO E PARA EMPILHADEIRAS – CARACTERIZAÇÃO COMO INSUMO – CRÉDITO DA NÃO-CUMULATIVIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
10. INSUMOS NÃO RELACIONADOS À PRODUÇÃO DE BENS OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS

- **Solução de Consulta nº 35, de 18 de março de 2021 (DOU 24.03.21)**

11. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE BENS MÓVEIS – DESPESAS COM PUBLICIDADE – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO – DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS EMPREGADOS NO DESLOCAMENTO DE EMPREGADOS – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO

- **Solução de Consulta nº 32, de 18 de março de 2021 (DOU 25.03.21)**

12. DESOBRIGAÇÃO DE RETENÇÃO EM DECORRÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL – NECESSIDADE DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO ART. 10 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 459/04 – NECESSIDADE DE RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DOS TRIBUTOS NÃO ALCANÇADOS PELA DECISÃO E OBRIGAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DE COMPROVAR A VIGÊNCIA DA DECISÃO A CADA RECEBIMENTO

- **Solução de Consulta nº 36, de 18 de março de 2021 (DOU 29.03.21)**

13. CESSÃO DE CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – RECONHECIMENTO DA RECEITA PELO REGIME DE COMPETÊNCIA

- **Solução de Consulta nº 65, de 29 de março de 2021 (DOU 31.03.21)**

14. DESCONTO DE CRÉDITOS EM RELAÇÃO A AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS USADOS, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS NOVOS OU USADOS UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM AUMENTO DE VIDA ÚTIL, QUANDO PERTENCENTES AO ATIVO IMOBILIZADO – POSSIBILIDADE EM DETERMINADAS HIPÓTESES

- **Solução de Consulta nº 59, de 25 de março de 2021 (DOU 30.03.21)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. DISCIPLINA A NEGOCIAÇÃO DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA POR PESSOAS JURÍDICAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 - **Portaria PGFN nº 2.382 de 26 de fevereiro de 2021 (DOU 01.03.21)**
2. SÃO PAULO - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SISTEMAS INFORMATIZADOS QUE CONTENHAM DADOS FISCAIS DE INTERESSE DOS CONTRIBUINTES - ACESSO LÓGICO - SEGURANÇA E CONTROLE - DISPOSIÇÃO
 - **Portaria SMF nº 64, de 23 de março de 2021 (DOM-SP 24.03.21)**
3. SÃO PAULO - TRIBUTOS MUNICIPAIS - UTILIZAÇÃO DO APLICATIVO “SOLUÇÃO DE ATENDIMENTO VIRTUAL (SAV)” PARA PROTOCOLIZAÇÃO DE PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SMF nº 10/2019
 - **Instrução Normativa SMF nº 04, de 22 de março de 2021 (DOM-SP 23.03.21)**

JURISPRUDÊNCIA

4. MUDANÇA DE ENTENDIMENTOS JURISPRUDENCIAL – AÇÃO RESCISÓRIA – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
5. EXECUÇÃO FISCAL – EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PENHORA DE PATRIMÔNIO – COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
6. DENÚNCIA ESPONTÂNEA – COMPENSAÇÃO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
7. DENÚNCIA ESPONTÂNEA – COMPENSAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO – PAGAMENTO IN NATURA – NÃO INSCRIÇÃO NO PAT – NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PAGAMENTO EM PECÚNIA - INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – ARTIGO 135 DO CTN – NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA RELAÇÃO DO IMPUTADO COM A INFRAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. DENÚNCIA ESPONTÂNEA – DIREITO À RESTITUIÇÃO DA MULTA DE MORA EQUIVOCADAMENTE RECOLHIDA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. DECLARAÇÕES RETIFICADAS – DESPACHO DECISÓRIO QUE NÃO AS ANALISA – ILEGITIMIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. DISSOLUÇÃO IRREGULAR – PEDIDO DE REDIRECIONAMENTO FEITO APÓS CINCO ANOS DO CONHECIMENTO DO FATO - INDEFERIMENTO
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

13. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO – APROVEITAMENTO DA DECISÃO MESMO PARA CONTRIBUINTES QUE SE ASSOCIARAM APÓS O AJUIZAMENTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

14. PESSOA JURÍDICA – INEXISTÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA PARA ATUAR EM DEFESA DOS SÓCIOS/ADMINISTRADORES
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

15. MATRIZ DA PESSOA JURÍDICA – DIREITO DE PLEITEAR A RESTITUIÇÃO EM NOME DAS FILIAIS
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

16. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – SALÁRIO MATERNIDADE – IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

17. ITCMD – COBRANÇA SOBRE DOAÇÕES E HERANÇAS INSTITUÍDAS NO EXTERIOR – LEI ESTADUAL – INCONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

18. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – INCIDÊNCIA SOBRE AUXÍLIO DOENÇA PAGO NOS PRIMEIROS QUINZE DIAS DE AFASTAMENTO, TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PAGO EM PECÚNIA – NÃO INCIDÊNCIA SOBRE BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PAGO A TODOS OS EMPREGADOS, VALE TRANSPORTE, AVISO PRÉVIO INDENIZADO, AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PAGO IN NATURA OU TÍQUETE-ALIMENTAÇÃO

- **Solução de Consulta nº 4.009, de 02 de março de 2021 (DOU 05.03.21)**

19. PAGAMENTO EM DECORRÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR EMPRESAS CONSORCIADAS NACIONAL E ESTRANGEIRA – PAGAMENTO INTEGRAL À EMPRESA NACIONAL QUE REPASSARÁ À ESTRANGEIRA – OBRIGATORIEDADE DE RETENÇÃO DOS TRIBUTOS PELO TOMADOR DO SERVIÇO DE ACORDO COM OS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO

- **Solução de Consulta nº 14, de 17 de março de 2021 (DOU 24.03.21)**

20. COMPENSAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS COM SALDO NEGATIVO DE IRPJ – POSSIBILIDADE PARA PERÍODOS POSTERIORES AO ESOCIAL

- **Solução de Consulta nº 15, de 17 de março de 2021 (DOU 22.03.21)**

21. CPRB – VENDA DE ATIVO IMOBILIZADO – NÃO INCIDÊNCIA EXCETO SE A VENDA DO ATIVO CONFIGURAR ATIVIDADE DA PESSOA JURÍDICA

- **Solução de Consulta nº 52, de 25 de março de 2021 (DOU 30.03.21)**

22. IMPORTAÇÃO POR CONTA E ORDEM DE TERCEIROS – TERCEIRO QUE FAZ JUS À ISENÇÃO DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO E DO IPI – DISPENSA DE PAGAMENTO DE TRIBUTOS

- **Solução de consulta nº 49, de 24 de março de 2021 (DOU 31.03.21)**

23. UNIDADES DE CARGA DE MERCADORIAS IMPORTADAS – SUBMISSÃO AUTOMÁTICA AO REGIME DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA

- **Solução de Consulta nº 41, de 22 de março de 2021 (DOU 31.03.21)**